

Senado autoriza Maluf a rolar dívidas

■ Contra parecer do Banco Central, senadores permitem, a um mês da eleição, que prefeito adie pagamento de R\$ 41,7 milhões

BRASÍLIA — O Senado Federal aprovou ontem a rolagem de 98% da dívida mobiliária (em títulos) do município de São Paulo com vencimento até o final deste ano, que atinge o montante de R\$ 41,7 milhões. A decisão contrariou relatório do Banco Central, que havia proposto a rolagem de apenas 54,98% da dívida e a quitação dos 45,02% restantes.

Se tivesse prevalecido a proposta do Banco Central, o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PPB), teria que desembolsar R\$ 18 milhões, o que poderia afetar algumas obras e interromper inaugurações, com as quais o prefeito faz a campanha de

seu candidato, Celso Pitta.

A primeira emissão de títulos para rolagem de 98% da dívida está autorizada para o próximo dia 2, a um mês das eleições. Os títulos restantes poderão ser colocados no mercado no dia 2 de dezembro. O relator da rolagem da dívida foi o senador Eptácio Cafeteira (MA), líder do partido de Maluf.

Dados do Banco Central revelam que a dívida mobiliária do município de São Paulo cresceu 188% desde julho de 1994, quando foi editado o Plano Real. No mesmo período, a dívida total dos estados e municípios aumentou 114%. Isso significa que o endividamento de

São Paulo foi 50% superior, em comparação ao restante do país.

Ainda de acordo com relatório do Banco Central, enviado ao Senado para embasar a votação da rolagem da dívida, o endividamento da prefeitura de São Paulo mostra-se ainda mais grave, se observado seu comportamento desde 1993. Em janeiro daquele ano, a dívida era de R\$ 658 milhões e representava 4,48% do total da dívida mobiliária de todos os estados e municípios. Até julho deste ano, porém, a dívida dos estados e demais municípios cresceu 223%, enquanto a da prefeitura na gestão de Paulo Ma-

luf aumentou 595%, atingindo R\$ 4,5 bilhões.

Nesse período, a dívida paulistana em títulos dobrou e passou a representar quase 10% do total da dívida mobiliária de estados e municípios. Ou seja, na administração Maluf a dívida do município cresceu aproximadamente R\$ 3 milhões por dia.

Durante a votação, o senador Eptácio Cafeteira acusou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de esconder-se atrás do líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), para criar dificuldades à rolagem da dívida. Segundo Cafeteira, Suplicy

não tinha coragem de insurgir-se diretamente contra a rolagem justamente por ser paulista, o que o deixaria mal com o eleitorado da cidade.

Suplicy contra-atacou, acusando Maluf de desviar recursos de deveriam ser usados para pagar precatórios (dívidas que a Justiça mandou pagar).

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) defendeu Maluf e disse que o PT era movido por interesse eleitoral, uma vez que Suplicy tinha sido favorável à rolagem quase total das dívidas do município do Rio de Janeiro e do Estado

de São Paulo, quando atuou como relator.

O interesse de Suplicy, segundo Miranda, seria criar dificuldades para Celso Pitta, que está à frente da petista Luiza Erundina nas pesquisas para a Prefeitura de São Paulo. O senador José Serra (PSDB), que está em quarto lugar, ficou em seu gabinete.

O Senado também aprovou, ontem, a emissão de títulos pelo Tesouro do Estado de São Paulo para pagamento de R\$ 748 milhões de precatórios judiciais. O atraso no pagamento dos precatórios expunha o estado ao risco de intervenção federal.